



O PACOTE DE POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS DE INCENTIVO À DOCÊNCIA: UMA ANÁLISE SOBRE O “APAGÃO” DE PROFESSORES(AS) DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Karlane Holanda Araújo¹

Raquel Almeida de Carvalho Kokay²

INTRODUÇÃO

O presente estudo discute o denominado "apagão" docente, evidenciando os fatores que levam os jovens a rejeitarem a carreira na educação básica e refletindo sobre o alcance das políticas de incentivos financeiros, benefícios culturais e oportunidades de qualificação profissional direcionadas aos professores³. Nessa perspectiva, a questão central consiste em compreender se as políticas governamentais atualmente implementadas estão, de fato, alinhadas ao enfrentamento das causas estruturais da escassez de docentes no Brasil.

Historicamente, esse fenômeno reflete entraves relacionados à formação, às condições de trabalho e à remuneração, questões que remontam ao Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932. Já naquele contexto, intelectuais como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira defendiam a valorização do magistério como um dos pilares para o êxito educacional. Embora o referido documento enfatizasse a necessidade de reconhecimento social e de remuneração digna para a categoria, tal preocupação histórica contrasta com a recorrente negligência de reivindicações docentes ao longo do tempo, produzindo impactos duradouros sobre a profissão.

¹ Pós-doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da área de Política e Gestão Educacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Fortaleza, CE. E-mail: Karlane.araujo@ifce.edu.br.

² Mestra em Ensino e Formação Docente pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Professora da rede estadual de ensino do Ceará, Fortaleza, CE. E-mail: raquel.carvalho@prof.ce.gov.br.

³ O presente trabalho constitui um recorte do artigo intitulado “A escassez de professores/as da educação básica: análise do pacote de políticas governamentais de incentivo à docência”, aceito para publicação na revista *Desleitura*.



Nesse cenário, Codo (2006) constata que a docência se configura como uma das profissões mais estressantes, favorecendo processos de adoecimento decorrentes do trabalho. Na educação básica brasileira, os professores enfrentam elevadas exigências associadas a condições limitadas de apoio, o que resulta em expressivos índices de desgaste emocional, estresse, burnout e problemas osteomusculares, realidade corroborada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Além disso, segundo a Fundação Carlos Chagas (2024), cerca de 460 mil docentes atuam simultaneamente em múltiplas escolas, situação que precariza o planejamento pedagógico e dificulta uma inserção mais efetiva na comunidade escolar, sendo frequentemente tratada como um "mal necessário". Diante desse quadro, as condições de trabalho, compreendidas como um conjunto de elementos que abrange desde a infraestrutura física até as relações interpessoais, tornam-se centrais para compreender o crescente desinteresse pela carreira.

Ademais, essas dinâmicas revelam profundas assimetrias federativas. A autonomia dos estados na condução de suas políticas educacionais produz cenários bastante distintos de contratação e remuneração, evidenciados em situações como o não pagamento do piso nacional do magistério em determinadas redes de ensino, a exemplo do Paraná, em contraste com experiências de gestão e colaboração desenvolvidas em estados como São Paulo e Ceará.

Esses elementos evidenciam a insuficiência de políticas capazes de responder aos problemas cotidianos enfrentados pelo magistério brasileiro, tornando urgente a implementação de ações efetivas voltadas à melhoria das condições de trabalho. Conforme destaca Assunção (2010), tais condições abrangem os recursos necessários ao exercício da atividade docente, incluindo desde as instalações físicas até as relações interpessoais que permeiam o ambiente escolar.



RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

A valorização da carreira docente constitui uma pauta urgente, uma vez que o rendimento médio mensal do magistério público, em 2023, foi de R\$ 4.942, enquanto outras categorias com nível de escolaridade equivalente alcançaram média de R\$ 5.747. Soma-se a esse cenário o agravamento da insegurança e da violência escolar, que mais que triplicaram entre 2013 e 2023, contribuindo para o desinteresse dos jovens pela formação em licenciatura. Nesse contexto, dados do Inep indicam que o percentual de ingressantes com até 29 anos nos cursos de licenciatura caiu de 62,8% em 2010 para 53% em 2020.

Com o objetivo de conter o declínio na procura pela formação docente, o Ministério da Educação (MEC) lançou, em janeiro de 2025, um conjunto de estratégias voltadas ao ingresso e à permanência de jovens no magistério. Entre elas, destaca-se o Programa Mais Professores para o Brasil, concebido para fortalecer a formação docente, estimular o ingresso no ensino público e valorizar a carreira por meio da oferta de recursos e oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo. Conforme o MEC (2025), a iniciativa busca ampliar as possibilidades de qualificação dos profissionais da educação.

Para alcançar tais objetivos, o programa estrutura-se em cinco eixos integrados e complementares: Seleção para o Ingresso na Docência, Atratividade para as Licenciaturas, Alocação de Professores, Formação Docente e Valorização dos Professores.

No âmbito dessas ações, destaca-se a Prova Nacional Docente (PND), denominada pela mídia de "Enem dos Professores". Seu conteúdo fundamenta-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores e nas legislações que regulamentam o exercício profissional docente.

No eixo financeiro, a Bolsa Pé-de-Meia Licenciaturas busca incentivar a formação de novos profissionais ao conceder auxílio financeiro a estudantes de baixa renda matriculados em cursos de licenciatura. O benefício, pago mensalmente por meio da Poupança Social do Banco do Brasil, destina-se aos



estudantes ingressantes pelo Sisu, ProUni ou Fies que tenham obtido média igual ou superior a 650 pontos no Enem. O valor mensal de R\$ 1.050,00 é dividido entre R\$ 700,00 para saque imediato e R\$ 350,00 depositados em uma conta poupança, cujo resgate fica condicionado ao ingresso do beneficiário na rede pública de ensino até cinco anos após a conclusão da graduação.

Além disso, o programa instituiu o Portal Docente e a Carteira Nacional Docente (CND), instrumentos destinados à gestão de informações e oportunidades de formação continuada. No campo da valorização sociocultural, foram estabelecidas parcerias para a concessão de benefícios, como isenção de anuidade em cartões, descontos em hotéis, entrega de computadores e avanços jurídicos relacionados à acumulação de cargos. Entretanto, embora o governo priorize a atração e a formação de novos profissionais, permanecem lacunas significativas, uma vez que o programa não contempla de forma direta questões como o aumento real da remuneração da categoria, a melhoria da infraestrutura escolar, a segurança nas escolas e o suporte efetivo à saúde mental dos docentes.

Segundo dados divulgados em 2025, o Programa Mais Professores para o Brasil beneficiou 2,7 mil docentes e impactou 57,3 mil estudantes. No eixo da valorização profissional, parcerias interministeriais e acordos com bancos públicos garantem benefícios como isenção de anuidade em cartões, taxas diferenciadas e descontos em serviços diversos. Para aqueles que já atuam na educação básica, os incentivos financeiros vinculam-se à formação em nível de pós-graduação e a ações de valorização sociocultural.

Todavia, apesar dos esforços governamentais para atrair e formar profissionais por meio de estratégias amplamente divulgadas e fundamentadas em incentivos financeiros, persistem problemas estruturais. O programa permanece silencioso em relação à ampliação efetiva da base salarial do magistério, à melhoria das condições físicas das instituições escolares, à implementação de políticas consistentes de segurança escolar e ao desenvolvimento de ações permanentes de cuidado com a saúde mental, aspectos fundamentais para enfrentar o adoecimento e a evasão profissional dos



docentes.

CONSIDERAÇÕES

A pesquisa bibliográfica e documental indicou que fatores como a violência, o assédio moral, a desvalorização social da profissão, a baixa remuneração e a precarização das condições de trabalho contribuem significativamente para o afastamento dos jovens dos cursos de licenciatura. Em resposta a esse cenário, o Governo Federal lançou o Programa Mais Professores para o Brasil, estruturado em diferentes ações voltadas à atração, à formação e à permanência de profissionais no magistério, entre as quais se destacam a Prova Nacional Docente, a Bolsa Pé-de-Meia Licenciaturas, a Bolsa Mais Professores, a plataforma de formação e os incentivos de valorização profissional.

Contudo, conforme ponderam especialistas da área de política educacional, como Araújo e Kokay (2026), Assunção (2010) e Barros et al. (2007), tais iniciativas, embora contem com ampla divulgação e forte apelo financeiro, mostram-se insuficientes quando implementadas de forma isolada. Para que esse conjunto de políticas contribua efetivamente para o enfrentamento da escassez docente, torna-se necessário articulá-lo ao fortalecimento de garantias de direitos, à valorização salarial e à promoção de condições dignas de trabalho. Por fim, considerando a recente implementação do programa, revela-se imprescindível o monitoramento contínuo de seus resultados, de modo a subsidiar investigações futuras capazes de avaliar, com maior precisão, seu impacto sobre a atração e a permanência de profissionais na carreira docente.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Karlane Holanda; KOKAY, Raquel Almeida de Carvalho. A escassez de professores/as da educação básica: análise do pacote de políticas governamentais de incentivo à docência. **Desleitura**, v. 19, n. 19, p. 229-



260, 2026. Disponível em:
<https://desleiturasm.com.br/desleiturasm/article/view/261>. Acesso em: 18 ago. 2026.

BARROS, Maria Elizabeth; ZORZAL, Denise Cristina; ALMEIDA, Fernanda Souza; IGLESIAS, Roberta Zanoni; ABREU, Viviane Gomes Vieira. Saúde e trabalho docente: a escola como produtora de novas formas de vida. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 103-123, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462007000100005>. Acesso em: 18 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação 2024-2034**. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Documento_Base_Conae2024_FNE.pdf. Acesso em: 17 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação: PNE 2014-2024**. Brasília: MEC, 2014. Disponível em: <https://www.pne.gov.br>. Acesso em: 17 dez. 2025.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Atuação docente em múltiplas escolas no Brasil**. Nota Técnica n. 8. São Paulo: FCC, out. 2024. Disponível em: https://doi.org/10.18222/fcc-d3e_2. Acesso em: 18 ago. 2026.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Mais Professores para o Brasil**. Brasília, DF: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/mais-professores>. Acesso em: dez. 2025.

REDAÇÃO G1. No Brasil, violência escolar mais do que triplica em 10 anos; discursos de ódio impulsionam aumento. **G1**, São Paulo, 15 abr. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2025/04/15/violencia-escolar-mais-do-que-triplica-em-10-anos.ghtml>. Acesso em: dez. 2025.